



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse. [www.jornaldocomercio.com/agro](http://www.jornaldocomercio.com/agro)



# Agro celebra PL, mas não vê solução para dívidas

Setor acredita que a medida que trata da renegociação das dívidas dificilmente será implementada pelo atual governo

Claudio Medaglia  
claudiom@jcrs.com.br

A aprovação do PL 5.122/2023, que cria um programa de renegociação das dívidas rurais, foi celebrada pelas entidades do agronegócio gaúcho, mas a percepção predominante no setor é que a medida ainda está longe de se transformar em uma solução concreta para os produtores. Um dia após a votação simbólica no Senado, lideranças do campo passaram a admitir abertamente que a proposta pode ter sido construída para ser executada apenas por um futuro governo.

A avaliação foi expressa pelo presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Domingos Velho Lopes. Embora considere a aprovação um passo histórico, ele afirmou não acreditar que a atual gestão federal coloque a proposta em prática. “Esse PL está sendo montado para ele entrar em funcionalidade, não é neste governo”, afirmou. Segundo o dirigente, o texto aprovado cria as condições legais para uma futura renegociação em larga escala, mas o caráter autorizativo da proposta permite que o Executivo simplesmente não a execute.

“Ele vai autorizar, mas ele não vai dizer que tem que fazer. E este governo não vai fazer, a não ser que tiver um desgaste político muito grande.” A declaração sintetiza uma avaliação que ganhou força entre lideranças do agro após a votação de quarta-feira. Embora o Senado tenha aprovado o projeto e ampliado a pressão sobre o Palácio do Planalto, a resistência da equipe econômica permanece. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o governo poderá buscar mudanças na Câmara dos Deputados, vetar trechos da proposta e até questionar sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).

Na visão da Farsul, a dificuldade vai além da discussão sobre custo fiscal. “O governo federal não reconhece o problema do endividamento e não está fazendo absolutamente nada pelo produtor rural gaúcho e brasileiro”, afirmou Lopes. Mesmo diante desse cenário, o dirigente acredita que o Congresso seguirá avançando com a proposta. “Eu não tenho dúvida nenhuma de que haverá veto presidencial e nós vamos derrubar o veto.”

Questionado sobre a capacidade dos produtores em supor

tar um período ainda mais longo sem a solução desejada, o dirigente da Farsul foi direto: “Vamos ter de buscar alongamento e outras formas amparadas no Manual de Crédito Rural”.

A leitura da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag-RS) é menos pessimista quanto aos próximos passos, mas também marcada pela preocupação com a falta de entendimento entre governo e Congresso. Presidente da entidade, Eugênio Zanetti afirmou que a aprovação representou uma vitória importante para os produtores, mas avalia que a ausência de acordo com o Executivo prolonga a disputa.

“Essa é a minha maior preocupação, não ter esse acordo com o governo.” Segundo ele, a mobilização das entidades e dos parlamentares ligados ao setor ganhou força ao longo da tramitação do projeto e deve continuar durante a análise na Câmara dos Deputados.

Zanetti também criticou as alternativas defendidas pela equipe econômica para enfrentar a crise de endividamento. “Não adianta fazer alguma coisa paliativa. A gente já teve várias medidas as-



CLEITON RAMÃO/IRGA/DIVULGAÇÃO/JC

Falta de entendimento entre os poderes pode respingar no setor

sim, que só empurraram o problema para a frente.”

Ao comentar a proposta apresentada pelo governo durante as negociações, acrescentou: “Isso aí não é resolver o problema, isso aí é botar a corda no pescoço do produtor.” Já o sistema cooperativo chama atenção para os efeitos econômicos que já começam a aparecer nas lavouras. Presidente da Ocergs, Darci Hartmann defende que a renegociação seja tratada como uma política de recuperação econômica e não apenas como uma despesa pública. “Eu não entendo isso como endividamento. Pelo contrário, eu entendo isso

como um grande projeto de socorro.” Segundo ele, a falta de uma solução para o passivo financeiro dos produtores já afeta o planejamento das próximas safras. “Hoje o produtor está olhando ainda para trás, tudo aquilo que ele precisa renegociar para que depois possa olhar para o futuro.” Hartmann argumenta que a situação compromete não apenas os agricultores, mas toda a cadeia econômica vinculada ao agronegócio. “Existe uma região do País com absoluta dificuldade econômica por causa dos efeitos climáticos e ela precisa de apoio. Sob pena de dar uma crise generalizada.”

## Projeto sobre o endividamento do setor retornará para a Câmara

O PL 5.122/2023, aprovado simbolicamente pelo Senado na noite de quarta-feira, cria linhas especiais para renegociação de dívidas rurais de produtores afetados por adversidades climáticas e dificuldades econômicas. O texto prevê prazo de até 13 anos para pagamento, com pelo menos dois anos de carência, e taxas de juros de 3,5% ao ano para beneficiários

do Pronaf, 5,5% para produtores enquadrados no Pronamp e 7,5% para os demais produtores.

Prazo e taxas são dois dos principais pontos de atrito com o governo, que considera os termos mantidos um risco para uma escalada descontrolada das renegociações capaz de comprometer a disponibilidade de crédito no futuro.

Também poderão ser inclui-

das na renegociação operações de custeio, comercialização, industrialização, investimentos e Cédulas de Produto Rural (CPRs), inclusive emitidas em favor de cooperativas, cerealistas, traders e fornecedores de insumos.

O projeto autoriza o uso de recursos do Fundo Social do Pré-Sal, de outros fundos públicos e do Sistema Nacional de Crédito Rural

(SNCR) para financiar as operações, além de prever a criação de um fundo garantidor.

A proposta ainda precisa ser analisada pela Câmara dos Deputados antes de seguir para sanção presidencial.

Após acompanhar de perto as negociações até o último instante, o governador Eduardo Leite afirmou que a aprovação no Senado

representa um reconhecimento da gravidade da situação enfrentada pelos produtores rurais e defendeu a continuidade do diálogo.

Leite reconheceu as preocupações manifestadas pelo Ministério da Fazenda, mas ressaltou que o texto aprovado tem caráter autorizativo e não obriga o governo federal a destinar recursos específicos para a medida.

### Índices da Pecuária

Nesta semana, o mercado do boi gordo manteve-se estável. Após as altas registradas nas últimas semanas, o mercado trabalhou sem alterações nas referências de preço. A menor disponibilidade de animais terminados segue presente, mas o menor volume de compras por parte dos frigoríficos limitou novos aumentos.

No mercado de reposição, a maioria das categorias apresentou ajuste negativo ao longo da semana. Esse movimento pode ser atribuído ao comportamento das cotações do boi gordo, que podem ter pressionado os valores da reposição. Além disso, a menor intensidade nas negociações, característica deste período do ano, contribuiu para um mercado mais cauteloso, com ajustes pontuais nos preços.

### ANÁLISE DO DIA 10 DE JUNHO DE 2026

\* Apuração válida para o período de 10/6 a 17/6

Terneira	-2,0%
Terneiro	+1,4%
Novilha	-0,5%
Novilho	+0,1%

### GADO GORDO

10/06/2026	PV MACHO	PC MACHO	PV FÊMEA	PC FÊMEA
MÁXIMO	13,5	25,5	11,5	23,5
MÉDIO	13	24,5	10,75	22
MÍNIMO	12,5	23,5	10	20,5

### GADO DE REPOSIÇÃO

PV = peso vivo | PC = peso carcaça | \*Valores à vista, em R\$/kg. | \*No caso de obtenção de somente um valor, usou-se o fator e 2,05 na conversão de peso vivo para peso de carcaça correspondente. | \* Variações correspondentes sempre à semana anterior | ■ Estável ● Subiu ● Desceu

10/06/2026	TERNEIRA				NOVILHA				VACA			
	6-12m	13-24m	25-36m	Prenhe	6-12m	13-24m	25-36m	Prenhe	Inverno	Falhada	Com cria	
MÁXIMO	15,51	13,15	-	-	15,43	13,1	-	-	10,16	-	11,27	
MÉDIO	14,71	12,3	12,47	-	14,83	12,2	-	11,06	9,86	10,21	10,87	
MÍNIMO	13,91	11,5	-	-	14,23	11,3	-	-	9,56	-	10,47	

FONTE: NESPRO/UFRGS